

ESLOVÁQUIA *DESINFORMAÇÃO TAMBÉM DESTRÓI A HABITAÇÃO*

Interferiu em medidas locais, escapou das mãos dos média públicos, polarizou a comunidade e fez com que a possibilidade de arrendamento de casas a preços acessíveis recuasse. O que acontece quando a desinformação nos bate à porta?

— POR ANA PATRÍCIA SILVA TEXTO RAFAEL MEDEIROS ILUSTRAÇÕES

Do ponto mais alto do castelo, Bratislava parece uma cidade construída por crianças. Os edifícios assemelham-se a legos empilhados e cada um deles dá a entender que quem pensou a cidade fez dela um ensaio arquitetónico inspirado em várias versões europeias.

Se, por um lado, as ruas tortuosas da Stereo Mesto (Cidade Velha) nos levam de regresso à década de 1970 com a vista sobre a Catedral de São Martinho, por outro, relembram-nos que a Slovenského Národného Povstania (Ponte da Revolução Nacional), sobre o rio Danúbio, é o que prende a atenção de quem por ali passa. A avenida, que abre caminho para esta construção de betão, está vazia, mas é algo passageiro, pois dentro de meia hora os eslovacos vão começar mais um dia de trabalho. São sete horas da manhã. Enquanto observa aquela zona, Alexandra Arnold recorda as idas às fábricas de gás com o pai, quando o império soviético ainda se mantinha de pé. Aponta para o que se vê ao longe: as chaminés. Vai relatando, passo a passo, como se aqueciam as salas de descanso daquelas grandes infraestruturas: libertavam-se os fogões “quando não se faziam fogueiras nos buracos fundos, no chão de pedra”; alcançava-se o carvão; acendia-se. Aguardava-se que o fumo preto percorresse cada canto da divisão e que o calor chegasse a todos os trabalhadores. Aquele, conta, era o único momento em que as “mãos dos trabalhadores pareciam não congelar”. Hoje, Arnold, com 48 anos, não se lembra da última vez que viu uma fogueira com tais dimensões. Ainda assim, até há bem pouco tempo usa-

va combustível sólido para aquecer a sua casa, no centro de Bratislava, mas, aqui, o ‘inflamável’ era outro – um cocktail Molotov de parafina com restos de madeira que ia lascando dos materiais que usava para as aulas de Artes Visuais.

Quando era jovem e pensava no futuro, imaginava-se uma adulta com a sua própria casa, por onde a sua filha, Lúcia, correria. Ali, no centro. Mas cedo percebeu que seria impossível viver na capital eslovaca.

É professora primária há mais de duas décadas – tal como o marido – e desde então faz 212 quilómetros por dia, uma viagem de três horas e meia “para poder viver”. Hoje, é em Trnava, a norte da capital, que o casal vive. Sem grandes possibilidades financeiras, há 750 dias a aguardar por um arrendamento acessível que tarda em chegar e sem poder comprar uma casa, Arnold e o seu companheiro mostram-se conscientes e prontos “para trabalhar como professores o resto da vida”, mesmo que isso signifique fazer viagens de longas distâncias por mais 20 anos.

Na Eslováquia, o acesso à habitação acessível, digna e segura é limitado e o setor de arrendamento social revela-se cada vez mais escasso – atualmente, corresponde a 2%, como se pode ler nos dados publicados em 2024 pelo World Habitat. Mas o caso de Bratislava parece ser um dos mais graves. Os números do último recenseamento indicam que a percentagem é de apenas 0,9%, o que corresponde a 2446 apartamentos, uma pequena fatia dos cerca de 250 mil que compõem o parque habitacional da capital eslovaca. E, assim, a situação deste casal de professores não é única.

DISCRIMINAÇÃO EVIDENTE

Ydra Baláz, mãe de um dos alunos de Alexandra Arnold, cumprimenta o filho discretamente enquanto a professora caminha até à paragem de autocarro mais próxima. É lá que Arnold encontra o jovem para caminharem juntos até à escola, a 600 metros, na Rua de Sâncova. Encostado num poste, junto a um grande letreiro rabiscado, o jovem esloveno ouve Black Sabbath, banda rock muito ouvida durante os anos 1990. Vai diminuindo o volume enquanto a professora e a mãe se cumprimentam. Tira os auscultadores de fio preto e, timidamente, diz que aquele som faz melhor do que muitos litros de café.



Enquanto se ajeita, Arnold convida a mãe a juntar-se à conversa, depois de lhe explicar de que se tratava a reportagem da VISÃO. A jovem de 35 anos, sem grandes demoras, responde de relance, enquanto o seu autocarro se aproxima: “Adoraria tornar-me independente, porque vivo numa casa abrigo com o meu filho, e o rapaz precisa de ir à escola, de ter um espaço para estudar... Precisa de ter uma casa, digamos assim, mas nas circunstâncias atuais, uma mulher cigana não tem nenhuma hipótese de conseguir um apartamento por conta própria com um filho.”

No Atlas das Comunidades Ciganas, um projeto de investigação do Gabinete do Governo da República Eslovaca para as Comunidades Ciganas, focado no mapeamento das desigualdades estruturais entre os ciganos e a maioria da população, constata-se que as condições destas famílias são uma “manifestação visível da discriminação alimentada pelo país”. Por



essa razão, estas famílias veem-se obrigadas a partir para os arredores ou a viver em bairros segregados nas cidades. Nitra, Zilina e Banská Bystrica são exemplos de destinos para os quais partem.

Estima-se que mais de 100 mil pessoas eslovacas se mudaram para os arredores de Bratislava nas últimas décadas, escreve o jornal local *Spectator.SK*. Este avanço significativo, lê-se no artigo, está a intensificar-se na partida de casais, entre os 30 e os 40 anos, imigrantes e/ou pertencentes a comunidades étnicas, que recorrem aos arredores do país por não terem capacidade financeira para responder às rendas da capital.

A par e passo, as alterações da legislação municipal de Bratislava causam a estas jovens famílias uma dupla dificuldade no acesso “ao que quer que seja”, lamenta Ydra. No caso das comunidades étnicas, o número de famílias ciganas que vivem em bairros segregados na capital eslovaca,

em más condições, está a aumentar gradualmente. Apesar de as autoridades municipais não recolherem dados referentes à etnia dos habitantes, a estimativa lançada pela Amnistia Internacional, baseada nas entrevistas em anonimato feitas aos assistentes sociais que acompanham a população, reconhece que nas habitações sociais e no apoio público a comunidade cigana é segregada.

CASAS PARA QUEM?

Mas de que forma o apoio das entidades, assim como o tratamento e a atribuição das casas, é feito? Começamos pela definição. Na Eslováquia, a habitação acessível é entendida como habitação pública ou social, isto é, trata-se do número de casas fornecidas pelos municípios e vilas que albergam pessoas com rendimentos abaixo da média nacional. A par dos apartamentos, há também um subsídio de habitação que é entendido como um “subsídio por necessidade material”,

como referido pelo ministério no documento oficial disponível no site do governo.

Ou seja, é destinado a agregados familiares que, mesmo trabalhando, não alcançam o salário mínimo, no valor de 915 euros. Mas, muitas vezes, o subsídio atribuído não cobre a despesa parcial da habitação.

Já na atribuição de apartamentos públicos, o cenário acompanha as mesmas dificuldades. As pessoas com rendimentos mais baixos não conseguem aceder à habitação social, porque não têm meios para o fazer e não são elegíveis para se candidatar, uma vez que o Estado eslovaco exige um rendimento mínimo para fazer face à renda.

Pessoas com rendimentos mais baixos não conseguem aceder à habitação social, porque o Estado eslovaco exige um rendimento mínimo para fazer face à renda

O controlo e a atribuição destes apoios sociais relacionados com as políticas de habitação são da competência do Ministério dos Transportes e da Construção da República Eslovaca, hoje dirigido por Jozef Ráz, do Partido Social Democrata (SMER), de centro-esquerda, agora coligado com o partido de extrema-direita. O ministério mudou de liderança desde as eleições de 2023, no entanto a percentagem de casas disponíveis para regime de arrendamento acessível é a mesma há seis anos, pois não houve novas construções desde 2020. A urbanista eslovaca Milota Sidorová revela que esta estagnação se deve “à ausência de preocupação em políticas públicas e, por sua vez, à polarização do governo”. Deixar para segundo plano a acessibilidade à habitação eslovaca acarreta consequências graves: “Aumento significativo de pessoas sem-abrigo, normalização do discurso de ódio e de discriminação contra famílias ciganas e imigrantes

[representam 9% da população, 500 mil pessoas] e diminuição de resposta às necessidades básicas da população”, inumera Sidorová.

Assumindo a situação atual como “uma violação de um direito básico”, a urbanista considera que “a atual política de habitação do governo na Eslováquia baseia-se no princípio da habitação transitória e no princípio do mérito. Isto, juntamente com a falta de habitação social pública, resulta numa violação de um direito básico como a habitação”.

Os sinais da crise habitacional na Eslováquia intensificaram-se um ano após o SMER, de Robert Fico, ganhar as eleições legislativas (2023) e ter formado coligação com outros dois partidos, entre eles o nacionalista de extrema-direita SNS (Slovenská Národná Strana). Desde então, a aprovação de um pacote de consolidação que, na tentativa de meter as finanças públicas em ordem, aplicou uma série de medidas de austeridade, afetou diretamente a vida da população. Exemplos disso são os aumentos das contribuições dos trabalhadores para a saúde, dos impostos salariais e do IVA sobre produtos alimentares ricos em açúcar e sal.

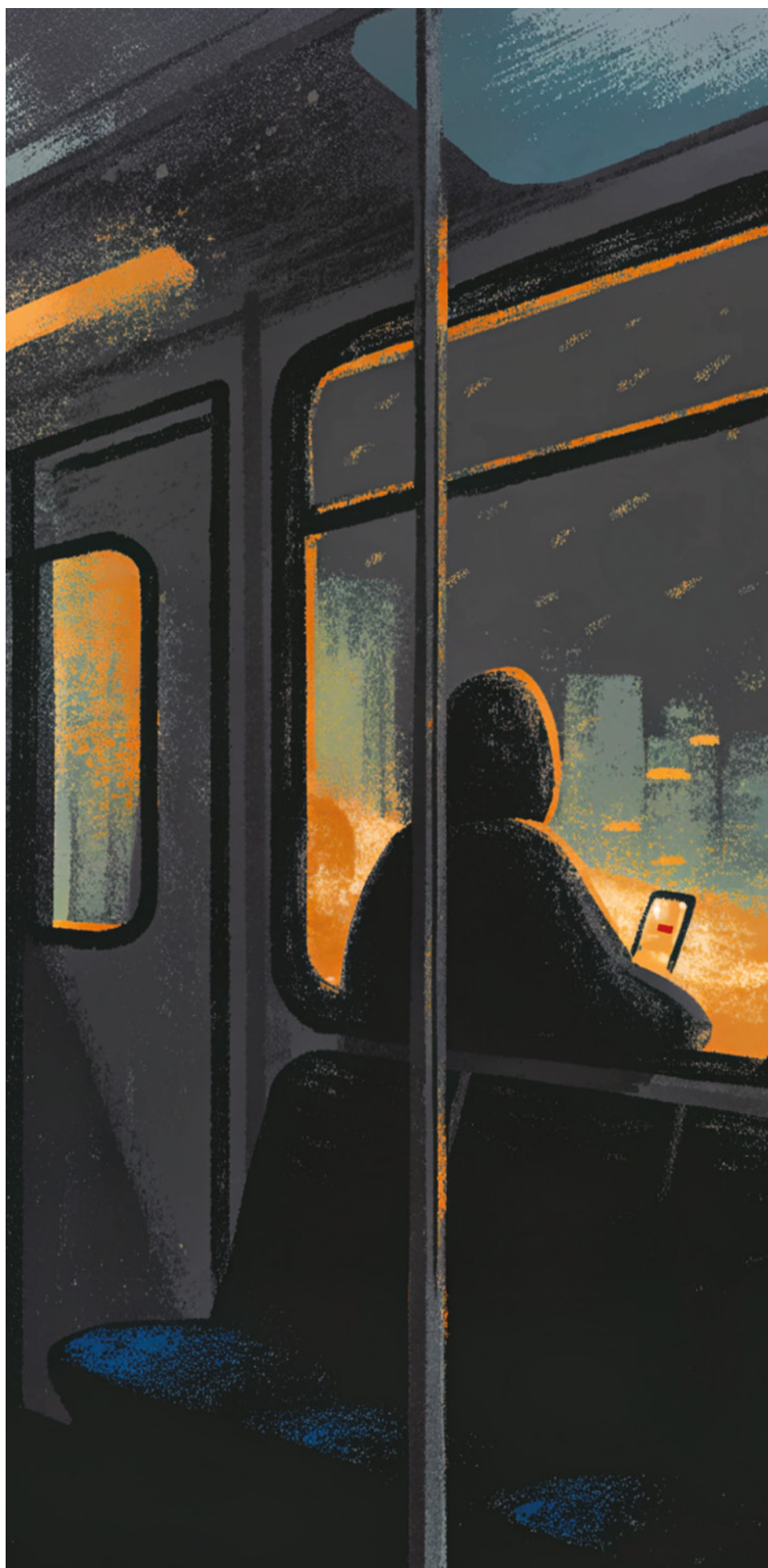
Nesta sequência de acontecimentos, as famílias eslovacas abdicam de cerca de 27% do seu rendimento familiar e, nos casos de agregados familiares com rendimentos mais baixos, este número passa a 47%, uma das percentagens mais elevadas da OCDE, constatamos ao analisar o arquivo demográfico de Bratislava. Cerca de 888 mil pessoas estão em risco de pobreza e/ou exclusão social.

PÚBLICO VS PRIVADO: ATÉ ONDE VAI A LEI?

Depois de 1989, com a queda do regime comunista, a abordagem do Estado em relação à habitação mudou: tornou-se menos regulamentada pelo governo e está mais sujeita às leis da oferta e da procura.

Desde o início da transformação do parque habitacional em 1993 (independência da Eslováquia), mais de 300 mil apartamentos passaram da propriedade da cidade, do município, do distrito urbano e das cooperativas habitacionais para propriedade privada.

“A responsabilidade pela garantia de habitação parece ter sido transferida do Estado eslovaco e da administração pública para os indivíduos”,





explica a jurista e constitucionalista Maria Berdisovák. Tornar a habitação acessível e garantir o direito à habitação não tem sido uma prioridade fundamental para qualquer governo desde 1993.

Em 2023, o Ministério do Trabalho, Assuntos Sociais e Família (MoLSAF), liderado por Erik Tomás, do partido Voice – Social Democracy, de centro-esquerda, chegou a lançar um convite a várias organizações sem fins lucrativos, como o caso da STOPA, de apoio a sem-abrigo, para se avançar com projetos focados no arrendamento acessível. O objetivo era que estas ONGs submetessem candidaturas que permitissem colmatar o escasso

A par das dificuldades habitacionais, a escalada da desinformação no país está a impulsionar graves consequências na comunidade e, por sua vez, no acesso a necessidades básicas

acesso à habitação. Na teoria, seria exequível com um financiamento avaliado em nove milhões de euros, provenientes de fundos da União Europeia. No entanto, na prática, nada se concretizou. O objetivo deste fundo seria implementar os princípios do *Housing First*, proporcionando habitação adequada e digna.

Fedor Blascák, da fundação Open Society Effective Activism e membro da STOPA, contou-nos que “a carga administrativa e as dificuldades associadas à continuidade do financiamento” foram grandes obstáculos ao longo do processo. Não só tiveram de apoiar várias das famílias participantes, comprometidas com as habitações do projeto, como gerir a consolidação do projeto, inclusive encontrar uma solução para a sua construção. Soluções estas que ainda hoje partem de recursos financeiros internos, sem o financiamento público. As 12 organi-

zações envolvidas receberam até hoje apenas 25% do financiamento da UE. O relatório da Amnistia Internacional, publicado em 2025, confirma este facto e alerta para a possibilidade de fundos perdidos.

Maria Berdisovák, jurista e constitucionalista eslovaca, explica que cada município tem a sua própria legislação, as suas regras de atribuição de apartamentos e a autogestão do parque habitacional público. O acesso – ou o direito – à habitação não está unificado num regulamento jurídico único: é rígido, essencialmente, por 11 leis. Mas não se fica por aqui. Ao todo, outras 75 leis, seguidas de 31 regulamentos, afetam direta ou indiretamente o setor da habitação. Ou seja, a habitação torna-se assim “uma responsabilidade multidirecional, onde as políticas de habitação são fragmentadas e repartidas por várias instituições, o que torna tudo muito mais complexo”, avisa.

Apesar da existência do fundo público para o desenvolvimento deste setor, as entidades municipais não constroem novos apartamentos para arrendamento. Para Berdisovák, “acontece que as pessoas em situações desfavorecidas tornaram-se um alvo fácil, um inimigo conveniente”, capaz de canalizar frustrações sociais num momento de desgaste económico e político – o mesmo que, noutras latitudes, acontece com a população imigrante. “É uma forma de criar um ‘outro’ a quem culpar. E este discurso não é exclusivo da Eslováquia. Vemos o mesmo na Hungria, na Polónia, em vários países da região.” Não deve ser lido, portanto, como um capítulo isolado, acredita.

As ruas de Bratislava pouco ou nada têm escrito nas suas paredes, mas os edifícios brutalistas não deixam de mostrar que por ali passou gente. Num deles lê-se: “Que cidade é esta?” Conversa-se perto de uma porta com o número 69, mais uma de um dos prédios devolutos menos conhecidos da cidade. Com seis andares, pertence à Câmara Municipal de Bratislava, mas a única informação divulgada pelo município acerca do prédio foi o facto de ter servido de habitação a várias famílias, realojadas noutras casas camarárias no final da década de 1990. Reconhecendo o cenário daquela pequena mancha central da capital, Jakub Croate, guia e ativista local, é quem nos apresenta “um lado menos turístico e real” da cidade, onde os edifícios e as

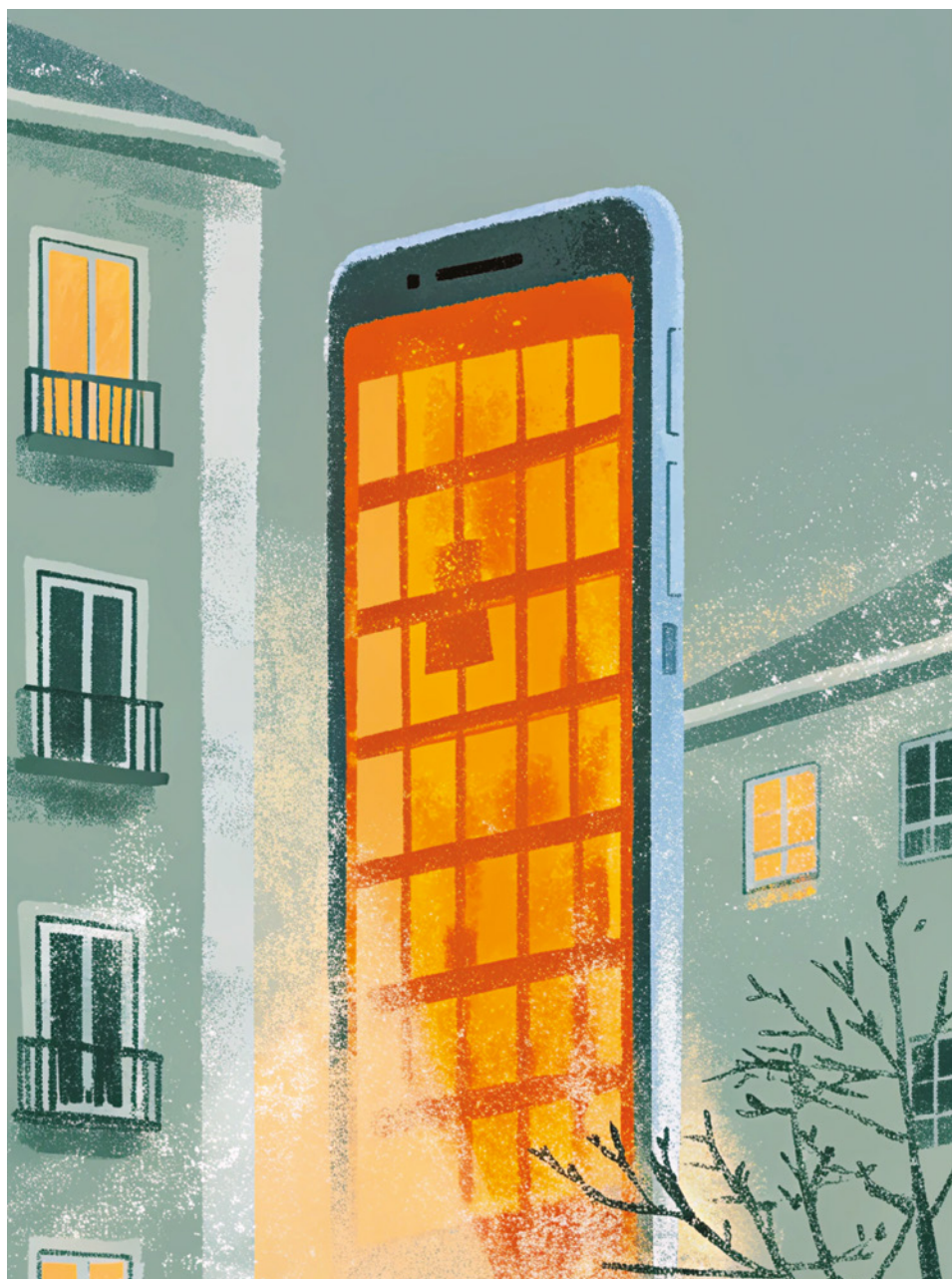
habitações assumem um papel central. Descreve estas tours como caminhadas não convencionais, até porque parte do que ele ali diz e mostra não é permitido dizer em voz alta, pois remete para a influência nazi. É crime fazê-lo. Antes de continuar, e enquanto se aguarda por dois investigadores da Universidade Mateja Bela, Croate reconhece o número daquela porta a partir de um outro facto: “Em Lisboa, a porta 69 também foi ocupada.” Recordá-se da ocupação de 17 de setembro de 2017, na Rua Marques da Silva, em Arroios, convocada por um conjunto de ativistas, a partir de um grupo de Facebook.

O guia eslovaco não estava em Portugal, mas lembra-se deste acontecimento. Conhecia Nuno Couto, um dos ativistas que mobilizaram o protesto e a ocupação. O objetivo deste protesto organizado pelo grupo Assembleia de Ocupação de Lisboa, mais conhecido pelas siglas AOLX, também pretendia contrariar a especulação imobiliária. É a partir de uma fotografia, que guarda no meio das suas notas, que a conversa avança com um dos slogans que mais surpreenderam Jakub na altura: “Não somos especuladores, somos espetaculares.”

Já com todo o grupo reunido para a caminhada, avançamos em direção a Oxford, uma grande livraria situada na cidade velha de Bratislava. É lá que Sofia Maalsen, investigadora luso-australiana, recorda alguns dos clássicos que, para ela, são “referência obrigatória” quando se conhece, pela primeira vez, alguma zona em Bratislava. “Mais do que até a Blue Church!”, graceja Jakub. A Blue Church é uma sinagoga judaica central, com uma arquitetura monumental. Hoje, permanece vazia, tal como aconteceu nos últimos dez anos, um facto que até ao final da primeira metade da década de 1990 era “impensável”. “A capacidade de participar com um clique e apoiar causas, tanto local quanto remotamente, traz à tona novas dinâmicas e questionamentos sobre a sua eficácia. Desde o início da década de 2010 que temos visto o uso da tecnologia digital como uma infraestrutura de protesto e resistência que em instantes nos leva a um impacto mundial”, continua a investigadora.

POLARIZAÇÃO QUE SALTA DO ECRÃ?

Nos últimos anos, no caso de Bratislava, a aposta de uma estratégia mais democrática foi progressivamente abandonada a partir de 2020.



Em simultâneo, as campanhas de desinformação agravaram-se. Com a pandemia, surgiram fortes protestos contra as medidas sanitárias e um grande movimento antivacinas. Robert Fico, atual primeiro-ministro, percebeu que tinha a oportunidade de se posicionar ao lado das críticas. Mais tarde, a Rússia invadiu a Ucrânia e acentuou-se o fio invisível emocional e cultural que ligava Bratislava a Moscovo, vindo dos tempos comunistas. A vitória sem maioria levou Robert Fico, político experiente há 40 anos, a fazer uma coligação com o partido nacionalista de extrema-direita SNS que vinha a ser apoiado por influenciadores antivacinas e supremacistas brancos, com o intuito de chegar ao Parlamento.

Face a estes acontecimentos, agir mostrou-se cada vez mais difícil para a sociedade civil eslovaca, “principalmente em situações de crise, sejam elas políticas, sociais, económicas ou habitacionais”, lamenta Alexandra Arnold, a professora primária que vive em Travna.

A história do casal de professores acarretou uma outra consequência, resultante das dificuldades pelas quais passaram: Arnold quase se deixou “apanhar” numa campanha de desinformação. Foi num jornal local que a professora primária leu os “novos critérios” definidos para o arrendamento de um apartamento capaz de pagar, na capital. “Davam conta de uma quantidade de novas medidas es-

tabelecidas pelo poder local, nas quais propunham um plano de sensibilização para combater as elevadas rendas das casas dentro do perímetro das zonas industriais”, conta. Esta iniciativa estava a ser desenvolvida no município de Jarovce, uma das zonas com densidade populacional significativa, mas inferior se comparada com o centro de Bratislava. As medidas, que, em teoria, facilitariam o acesso à habitação nos arredores da capital, foram abandonadas quando se disseminaram várias narrativas e conspirações, dirigidas principalmente aos vereadores locais: “Nesse processo, a proposta foi confun-

A campanha de desinformação alimentou de tal forma a ideia de que os refugiados ucranianos tinham prioridade absoluta ou habitação gratuita de luxo, em detrimento da população local, que ainda hoje é um tema discutido na sociedade eslovaca

dida com outra de planeamento urbano, com o objetivo de criar a ‘Cidade de 15 Minutos’, capaz de fornecer todas as necessidades básicas aos residentes num raio de 15 minutos a pé ou de bicicleta.” Tal como nos explicou a professora, “a campanha escalou de tal forma que resultou numa profunda divisão na população”, pois souou a um “estratagem” que despojava as pessoas que viviam no centro da cidade, “retirando-lhes as liberdades pessoais, o que levaria ao controlo do governo sobre elas”.

A par das dificuldades habitacionais, a escalada da desinformação no país está a impulsionar graves consequências na comunidade e, por sua vez, no acesso a necessidades básicas. Quem o diz é a analista e *fact*

checker, na plataforma Demagog.ek, Veronika Frankovská: “A desinformação sobre o planeamento urbano não se restringe a estes temas e tem sido descrita em relação a muitos outros tópicos, desde projetos de infraestruturas até ao abate de árvores.” O projeto dirigido pela analista tem uma parceria com a Meta – detentora, entre outras plataformas, do Facebook –, o que permite à organização aceder com mais precisão a estes dados. Recordando as consequências na comunidade local e imigrante, a analista traz a título de exemplo o resultado de uma outra campanha de desinformação do site Hlavný denník, em 2022, no qual se afirmava que a população ucraniana refugiada teria prioridade absoluta na habitação gratuita. “A campanha de desinformação alimentou de tal forma a ideia de que os refugiados ucranianos tinham prioridade absoluta ou habitação gratuita de luxo, em detrimento da população local, que ainda hoje é um tema discutido na sociedade eslovaca”, diz. Foi por essa razão que o Ministério do Interior do país determinou, em agosto de 2024, um corte radical a este apoio: o tempo de permanência em instalações de asilo passou de 120 para 60 dias. A partilha da atualização desta medida popularizou de tal forma o tema que na rede social X os comentários ultrapassaram as 450 mil respostas na publicação, dividindo as opiniões.

DE LESTE A SUL DA EUROPA

As principais narrativas de desinformação eslovacas debruçam-se sobre os mitos de privilégio, segundo o relatório *Disinformation Landscape in Slovakia*, publicado em 2025. A desinformação aumentou consideravelmente desde a anexação da Crimeia pela Rússia, em 2014, e da guerra no leste da Ucrânia, alimentada principalmente por agentes políticos russos dentro e fora do país, com o intuito de influenciar a opinião pública.

A analista e *fact-checker* diz que existem milhares de meios de comunicação, páginas do Facebook e canais do Telegram que repetem propaganda ao minuto: “Tornou-se um campo de batalha político.”

No mesmo relatório identificam-se as plataformas onde se acede ao maior número de desinformação na Eslováquia: o YouTube, o TikTok, o Telegram e o Facebook. O local predileto para o começo da partilha de desinformação é maioritariamente o TikTok, como Frankovská refere. Mas

é apenas quando os utilizadores partilham na rede social Facebook que a desinformação se torna viral e alcança uma audiência mais vasta.

Para Sofia Mallsen, especialista que se dedica a investigar a dimensão do ativismo digital e como contornar o algoritmo face à crise habitacional, “as redes sociais amplificam opiniões, enviesamentos e falsidades com uma velocidade inédita. Neste cenário, o jornalismo deveria ser um bastião de rigor, contexto e responsabilidade. Infelizmente, quando os títulos são feitos para gerar cliques e não para informar com verdade, essa fronteira começa a esbater-se”, afirma.

A investigadora chega a comparar a situação portuguesa com a eslovaca, face ao problema da falta de habitação a preços comportáveis. Se na Eslováquia o aumento dos preços das casas nos últimos dez anos é de 120%, em Portugal já ronda os 180%, como é possível ler no estudo da Eurostar publicado a 7 de abril.

É a partir desta visão que avança com conceitos como a “escalabilidade global do ativismo” e as “geografias da resistência” enquanto preocupações cada vez mais digitais e, por sua vez, mais imediatas face à “fábrica da desinformação e das fake news”. Para si, os movimentos sociais foram essenciais para dar visibilidade mediática aos fenómenos que hoje afetam o centro das áreas metropolitanas, ao aumentar a pressão social e política para o surgimento de instrumentos capazes de equilibrar o cenário atual. No entanto, “são também muito necessários para dissecar estes processos de desinformação online que acabam por chegar às nossas televisões, às nossas rádios, à nossa conversa de café”, lamenta.

Aos olhos da definição legal europeia, os casos apresentados cumprem os requisitos de pessoas que vivem numa habitação adequada e condigna. Ainda assim, Alexandra Arnold discorda: “Faço centenas de quilómetros por dia, viajo horas para chegar a casa. Isso é adequado?” Talvez um dia se chegue à mesma conclusão que a professora: “Até uma família feliz precisa de um lugar digno para morar.” ■ visao@visao.pt

Nota: Esta reportagem foi apoiada por uma bolsa de jornalismo atribuída no âmbito do projeto CLAD – Citizens and Libraries Against Disinformation, promovido pelo Goethe-Institut Portugal e o Goethe-Institut Bratislava com financiamento da UE.